PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, na sala de Reuniões da Secretaria Estadual de Saúde - SESAU, localizada na **Praça dos Girassóis, deu-se** início às quatorze horas e quinze minutos (14h15min) em segunda chamada, constatando que existe quórum suficiente, a **10ª Reunião Ordinária de 2016 do Conselho Municipal de Saúde-CMS**. A reunião foi coordenada, pelo conselheiro presidente do Conselho Municipal de Saúde, LEONEL DOS SANTOS VAZ, representante do segmento usuário, e assessorada pela secretaria executiva do CMS. Estavam presentes os (as) conselheiros (as) municipais de saúde: **NÉSIO FERNANDES DE MEDEIROS JÚNIOR, ALESSANDRO FARIAS PANTOJA, HEBER DE OLIVEIRA, MARIA IRANY SOUSA LINO, ANA CRISTINA L. G. SILVA, LEONEL DOS SANTOS VAZ, JOÃO CARDOSO LIMA (UBALDO), VILMA MARIA GOMES DA SILVA, MARCOS ANTONIO SOARES, ANDRÉ HENRIQUE RIBEIRO, GIANCARLO DE MONTEMOR QUAGLIARELLO, LUIS CARLOS G. BARBOSA, JOSEANE ARAÚJO FRANCO, ANTONIO GRANJEIRO SARAIVA, MISIA SALDANHA FIGUEREDO, VILMA MARIA GOMES DA SILVA.** A pauta foi lida pelo conselheiro e apreciada pelo pleno. Nésio Fernandes solicitou a inversão da pauta para antecipar o item 06 pelo item 04. Presidente Leonel colocou para deliberação do pleno, aprovado por unanimidade. Após isto, a pauta foi aprovada seguindo as discussões: **ITEM 01 – Ausências justificadas dos/as conselheiros/as.** FAGNER ARAÚJO LUZ, RENATO AURÉLIO S. ALMEIDA e MARIA TEREZA MENNA BARRETO. **Item 04 - Ofícios/ Memorandos/ Convites recebidos. OFICIO/UFT/CUP/JOR/N01/2016 Assunto**: Trata de resposta positiva ao Convite para Evento/Projeto de Extensão deste respeitável órgão fiscalizador da saúde municipal, o CMS. O Colegiado de Jornalismo contribuirá, tanto em realizar um evento de extensão do nosso curso em parceria com o CMS de Palmas, assim como a criação de um núcleo de extensão e pesquisa que vise a melhoria e o acompanhamento da política pública municipal de saúde em nossa cidade. Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Mendes Pereira Coordenadora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo – UFT; **Relatório nº/2016/CEP-UNITINS.** Assunto: Trata de relatório de participação do conselheiro André Henrique Ribeiro nas reuniões do Comitê de Ética em Pesquisa da UNITINS como representante do CMS referentes aos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro do ano de 2016. Deliberação: encaminhar relatórios para todos os conselheiros para conhecimento do Memorando Circular N°370/2016/ASSEJURSEMUS e do Oficio no 74/2016 da 27ª PG - Procuradoria Geral. Arquivamento inquérito civil público de nº 21 do ano de 2014. Renata Elisa Pereira Assessora jurídica SEMUS. **ITEM 03 Aprovação das Atas Ordinária de fevereiro, março, abril maio, junho, julho, agosto e Extraordinária de março e maio de 2016**. O presidente Leonel dos Santos Vaz coloca em votação as atas, sendo aprovada as atas, sem correções. **– ITEM 04 – Apresentação e Deliberação de Renovação de contratos de credenciamento de empresas especialistas na prestação de serviço na área da saúde**. Expositor: Jetro dos Santos Martins. Apresentou o contrato de Credenciamento n.º 021/2016, com a empresa **BRAUN E SILVA LTDA ME**, abaixo qualificados, visando à prestação de serviços técnico-profissionais especializados em saúde: Exames de Análises Clínicas, nos termos do Edital de Credenciamento nº. 01/2016, e nas quantidades especificadas no Termo de Referência presente processo. O valor total estimado para execução é de R$ 722.853,36 (setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) os quais serão distribuídos para 12 (doze) O valor do contrato de credenciamento é de

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

R$722.000,00 (Setecentos e vinte dois mil reais) por um período de um ano. Credenciamento n.º 019/2016, com a empresa ÉTICA LABORATÓRIO EIRELI - EPP, abaixo qualificados, visando à prestação de serviços técnico-profissionais especializados em saúde. Exames de Análises Clínicas, nos termos do Edital de Credenciamento nº. 01/2016, e nas quantidades especificadas no Termo de Referência do presente processo. O valor total estimado para execução deste instrumento é de R$ 722.853,36 (setecentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e trinta e seis centavos) os quais serão distribuídos para 12 (doze) meses. Credenciamento n.º 020/2016, com a empresa LABEXATO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA - ME, visando à prestação de serviços técnico-profissionais especializados em saúde em exames Citopatológicos Cervico-Vaginal/Microflora, nos termos do Edital de Credenciamento nº. 01/2016, e nas quantidades especificadas no termo de referência do presente processo. O valor total estimado para execução deste instrumento é de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) os quais serão distribuídos para 12 (doze) meses. Termo aditivo ao Credenciamento nº 014/2015 com a empresa Barros e Marques Ltda. – Clínica Aftalmus que tem por finalidade regulamentar a prestação dos serviços técnicos profissionais em consultas médicas em atenção especializadas, por um prazo contratual por mais 02 (dois) meses. Solicitou a renovação dos contratos. Proposta em discussão: O conselheiro Leonel dos Santos Vaz questionou se os conselheiros possuem alguma dúvida sobre a apresentação do item 04 da pauta. O Conselheiro Marcos Antônio Soares questionou o por que alguns contratos com um valor mais elevado que as primeiras empresas. Valmir responde que as duas primeiras realizam exames ambulatoriais e de urgência e emergência nas UPAS com prazo de entrega no máximo em duas horas de entrega em cada exame. Giancarlo Montemor Guarquirello questionou como foi feito o levantamento de valores por empresas/serviços. Valmir responde que foi por série histórica do teto da Programação Pactuada Programada e os valores são o ministério da saúde que repassa para custeio dos procedimentos. Valmir informou que os exames são realizados conferido e validado de acordo com a produção. Leonel dos Santos Vaz questionou se o município não pode realizar os exames laboratoriais. Haidee respondeu que existe uma parceria com a CEULP ULBRA e a parceria está bastante avançada para implementação da proposta. O CEULP ULBRA precisa de um campo de estágio para execução da proposta. O Conselheiro Leonel dos Santos Vaz solicitou que seja encaminhado a esse conselho o termo de parceria público privado realizado com a CEULP ULBRA. O presidente Leonel dos Santos Vaz coloca em votação a renovação dos contratos de credenciamos sendo aprovados. **ITEM 05 - Apresentação e Esclarecimento do Projeto Farmacêutico na Saúde da Família no município de Palmas (603N).** Expositor: Marta Cardoso Rocha e Marcia Germana Alves de Araújo Lobo. Iniciou o diálogo esclarecendo que o trabalho é pioneiro no estado do Tocantins, apesar de outros estados como Minas Gerais, esta prática ser frequente. Nos últimos anos tem trabalhado a logística (entrega de receituário e medicamento). Surgiu a ideia vendo a experiência de outros estados, que não seria difícil a implantação em Palmas, considerando o investimento feito em profissionais e sistemas como o ESUS. Destacou que no dia a dia da rotina da unidade o número excessivo de hospitalização idas e vindas como retorno muito repetitivo do paciente a unidade tem sido frequente. Após vários estudos, observa-se no Brasil há um gasto da ordem de R$3,6 (bilhões de reais) por ano, provocadas por mal-uso dos medicamentos pelo paciente durante a alta administração

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

de medicamento, 70% dos casos são evitáveis com uma economia de R$1.3 (três bilhões de reais) ano, se houvesse um acompanhamento clinico pelo farmacêutico, isto poderia ser evitado. O Secretário de Saúde falou em redução de gastos. Olhando pelo lado do medicamento essa economia pode ser feita. O serviço clinico do farmacêutico e pouco conhecido e de grande retorno para o município. Relatou que o farmacêutico hoje não consegue sair da unidade por motivos logísticos. Marcia Germana falou que na assistência farmacêutica no serviço público, o foco ainda é a logística (controle de estoque na atenção básica). Márcia Germana Lobo fez uma consideração sobre a atuação do farmacêutico, normalmente é logístico, mas o Conselho de Farmácia tem emitido resoluções e capacitação para respaldar legalmente o profissional. Entende-se que o farmacêutico tem que estar onde o paciente está, centrar o cuidado ao paciente seja em casa seja nas unidades de saúde. Marta Cardoso relata que chegamos há uma fase que podemos passar do nível 1(organização a assistência farmacêutica no ciclo que foi apresentado) para o nível 2(centrar o cuidado no paciente). Para os locais que não tem o sistema informatizado, utiliza-se o encaminhamento dos profissionais de saúde para o farmacêutico, o que não é o nosso caso. Na nossa unidade foi tido um grande avanço com a implantação do sistema ESUS, facilitou muito para o farmacêutico, onde pode fazer o agendamento solicitando a visita domiciliar ao paciente. Esse trabalho começou com paciente mais críticos e abrangeu etapas do agendamento. Para a economicidade é fundamental. O que não adianta oferecer o medicamento, se ele não está sendo utilizando, ou está estocado. Daí o problema, por que não está administrando o medicamento por que é cego, não sabe onde está. A visita domiciliar e fundamental para que o profissional detectar os problemas do retorno daquele paciente a hospitalização. O projeto piloto de acompanhamento clínico farmacêutico com ajuda de estagiários, professores e profissional da unidade em parceria com a centro universitário CEULP ULBRA visa lançar mão de visita domiciliar. Como podemos fazer isso? Citou que o município investiu na implantação no sistema operacional ESUS nas Unidades básicas de saúde. Relatou que a atuação da equipe multiprofissional busca minimizar riscos e prevenir os danos ocasionais por medicamentos. A expositora Marta Cardoso citou que as atividades e serviços a serem desempenhados são: 1- Auxiliando na seleção, adição, substituição, ajuste ou interrupção da farmacoterapia do paciente. 2- Acessar e conhecer as informações constantes no prontuário do paciente. O plano de visita domiciliar proposto baseia-se na participação no planejamento e da avaliação da farmacoterapia para consolidar a adesão do tratamento de forma segura. Destacou O cuidado farmacêutico centrado no paciente - Realizar visitas domiciliares em pacientes nos quais se identifica a necessidade preferencialmente acompanhados de Agentes Comunitários de Saúde ACS. Atualmente cinco pacientes em atendimento na USF 603 Norte. Informou que elaborou uma lista atualizada de medicamentos em uso pelo paciente durante os processos de admissão, transferência e alta entre os serviços e níveis de atenção à saúde. Determinar parâmetros bioquímicos e fisiológicos do paciente para fins de acompanhamento da farmacoterapia e rastreamento em saúde; identificar, avaliar e intervir nos problemas relacionados a farmacoterapia, interações medicamentosas, automedicação, reações adversas, não adesão ao tratamento, excesso de medicamento no domicilio; realizar quando necessário atendimento individual focado na necessidade real do paciente em relação aos seus problemas de saúde. Relatou a estruturação da assistência farmacêutica e citou as fragilidades, tais

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

como: a subutilização na atenção básica do conhecimento do farmacêutico, acesso limitado do paciente ás orientações farmacêuticas, falta do atendimento farmacêutico individualizado para consolidar o ciclo de atendimento (escuta final), falta de inserção ampla deste profissional nas ações de saúde: atuação no Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF, participação dos grupos operativos e educativos com o objetivo de prevenir e promover a saúde e impedir agravos. Marta Cardoso relatou ainda sobre o financiamento para as atividades clínicas. 15% da soma dos serviços dos recursos financeiros do estado e do município devem ser destinados as atividades para adequação dos serviços continuados voltada à qualificação dos recursos humanos da assistência farmacêutica na atenção básica e está regulamentada pela Portaria GM/MS 4217/2010 Art. 5º. Destacou vários benefícios advindos deste projeto tais como: gerar economia remanejando medicamentos em excesso recolhido no domicilio, 60% dos medicamentos armazenados estocados na casa do paciente estão vencidos ou extraviados, evitando o retorno do paciente na USF, pelo insucesso da terapia, por não adesão ao tratamento. Enfatizou que as consequências deste trabalho clinico do profissional farmacêutico na visita domiciliar possui o objetivo de gerar RECEITA para o fundo municipal de saúde quando informado. Comunicou que o Conselho Federal de Farmácia - CFF também regulamentou essa atividade do farmacêutico clinico por meio da Resolução nº 585/2013 e o Ministério da Saúde também lançou mão de material sobre a segurança do paciente que vem respaldar também a atividade do farmacêutico clinico. Joseane Araújo Franco parabenizou as professoras expositoras pela brilhante exposição e pelo belo trabalho em curso na USF 603 Norte. Destacou a importância da professora Márcia Germana sempre com ideias inovadoras. Lembrou que quando trabalhavam juntas no Hospital do Estado, a época não era reconhecida neste hospital as importantes contribuições para a melhoria do serviço pelo gestor. Torceu para que o gestor do município compre a ideia apresentada para economia da gestão municipal. Giancarlo Montemor Guarquirello solicitou ao secretário que apoie a ideia do projeto piloto e contrate farmacêutico para os NASF, considerando a redução de custos a municipalidade. Leonel dos Santos Vaz questionou o secretário qual a dificuldade para a adesão da proposta apresentada? O senhor secretária relatou que no momento não é possível e que num futuro pode ser pensado a inclusão desses profissionais no NASF. **ITEM 06- Apresentação do Relatório Detalhado do Quadrimestre – 2º Quadrimestre/2016.** Nésio Fernandes de Medeiros Junior solicitou a apresentação do relatório pela servidora Celestina Rosa assessora de planejamento e orçamento da SEMUS. A servidora Celestina Rosa. Destacou que o relatório é elaborado por um conjunto de pessoas, que são todos os servidores da SEMUS. Apresentou o quadro de gestores o prefeito Carlos Henrique Franco Amastha, Secretário de Saúde Nésio Fernandes de Medeiros Junior, e demais diretores, assessores e servidores. Expõem o arcabouço legal a qual o relatório se submeteu: Leis e Decretos-Lei 8080/90, lei 8142/90, Lei Complementar 141/2012, Decreto 7508/11; Resoluções e Portarias: acórdão TCU nº 1459/11, Portaria GM nº 575/2012, Resolução CNS 459/2012, Portaria GM nº 2135/13 e Portaria GM nº 2807/13. Apontou que o IBGE atualizou a estimativa do número de habitantes que são 279.856 mil habitantes. Apontou que neste relatório, constarão informações sobre pactuações, indicadores de saúde, programas e políticas estratégicas de saúde, demonstrativo do montante e fonte dos recursos aplicados no 2º quadrimestre/2016 receitas e despesas, movimentação do orçamento, auditorias

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

realizadas, informações sobre a rede física de serviços públicos de saúde próprios e privados contratados, dados da produção de serviços e dados dos profissionais do SUS, entre outras, conforme preceitua a Lei no 141/2012. Informou que todas as informações apresentadas estão contidas no relatório que a gestão encaminhou ao CMS e Câmara Municipal no mês de setembro. Destacou que a Gestão do Secretário de Saúde Nésio Fernandes de Medeiros Júnior, contava em 31 de agosto de 2016, com um total de 3.292 (três mil, duzentos e noventa e dois) servidores, sendo destes 3.147 servidores municipais, dos quais 2.660 efetivos, 114 contratos temporários, 67 estagiários, 261 bolsistas e 45 nomeados, além de 102 servidores estaduais e 29 servidores federais cedidos a esta municipalidade através de Convênios, 14 servidores federais selecionados, distribuídos nas Unidades de Saúde e Sede Administrativa. Relatou que no período de maio a agosto de 2016, foram repassados ao Fundo Municipal de Saúde de Palmas, o montante de R$ 55.528.714,61 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e vinte e oito mil, setecentos e quatorze e sessenta e um centavos). Esclareceu que os repasses oriundos do Município foi de R$26.502.975,17, (vinte e seis milhões, quinhentos e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos), equivalente a 47,73% do total das receitas. Em seguida tem-se os repasses federais que atingiram o montante de R$ 24.058.107,98, (vinte e quatro milhões, cinquenta e oito e mil, cento e sete reais e noventa e oito centavos) equivale a 43,33%; o Estado contribuiu com 6,93%; o rendimento entre as fontes foi de 1,80% e por último os repasses do Fundo Especial do Petróleo – FEP correspondente a 0,22%. Destacou que no ano em exercício, acumulado nos 02 (dois) quadrimestres, houve frustrações de receitas nas fontes de recursos próprios e ASPS. Na esfera federal destacamos que não ocorreram os repasses referentes às implantações de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, ampliação de equipes da saúde da família e bucal, bem como repasses das propostas cadastradas junto ao Fundo Nacional de Saúde para aquisição de equipamentos e materiais permanentes e construção de unidades de saúde. Informou que as propostas cadastradas junto ao Fundo Nacional de Saúde, contudo, o município de Palmas foi oficiado através do Aviso no 151/GM do Ministério da Saúde, que tais propostas foram contingenciadas, sem possibilidade de prosseguimento. Esclareceu que com relação ao repasse estadual, destacamos que no 2º quadrimestre/2016, o Governador do Estado do Tocantins fez o lançamento da "Pactuação da Atenção à Saúde do Estado do Tocantins (PASE/SUS) " e se comprometeu a efetivar os repasse relativo ao exercício de 2016 e os atrasados dos anos anteriores. Demonstrou que o liquidado no período de janeiro a agosto foi de R$114.820.680,16 (cento e quatorze milhões, oitocentos de vinte mil, seiscentos e oitenta reais e dezesseis centavos) entre todos os entes que financiam a saúde que correspondem em percentual a município de 51,92%, federal de 41,37%, estadual: 4,37% e outros: 2,03%. Também neste relatório foi realizado pelo município o monitoramento seguindo o que foi previsto de receitas e o que foi arrecadado, ou seja, como a receita se comportou neste período. Demonstrou a metodologia utilizada neste monitoramento da seguinte forma: qual deveria ter sido a receita arrecada de janeiro a agosto de 2016 pelo município de Palmas deveria ter sido R$61 (Sessenta e um milhões), porém foi recebido R$59 (cinquenta e nove milhões), um déficit de dois milhões, do ente federal R$56 (cinquenta e seis milhões), repassado R$49 (quarenta e nove milhões), um déficit de R$7 (sete milhões) e estado previsto R$7 (sete milhões) recebido R$5 cinco milhões). Com relação as fontes de recursos do município de

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Palmas, destacamos a fonte 010 (receita própria) houve um decréscimo na receita e a fonte 40 (ASPS - 15% constitucional). Quanto as frustrações de receitas, no ente federal foi solicitado ampliação das equipes de unidades de saúde da família, qualificação de equipes das UPAS (unidade de pronto atendimento) vários recursos de emendas. Enfatizou que devido essas frustrações de receita o prefeito e secretário de saúde tem feito um trabalho de corpo a corpo junto aos entes federal e estadual e municipal para cobrar os repasses e fechar as contas até o final do ano. Relatou que a frustração de receita é maior a nível estadual, por que neste cálculo não foi considerado a dívida. O repasse de setembro ainda não aconteceu. O repasse deste mês foi feito referente a julho. É importante ressaltar que a dívida estadual até 31 de agosto é de R$17.412.577,89 (Dezessete milhões, quatrocentos e dose mil, quinhentos e setenta e sete mil e oitenta e nove reais). Esse monitoramento é a partir do parcelamento. Total das despesas de pessoal: R$42.830.712,00 (quarenta de dois milhões, oitocentos e trinta mil e setecentos e dose reais) Outro Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, R$8.785.549,53 (oito milhões, setecentos e oitenta cinco mil, quinhentos e quarenta nove reais e cinquenta e três centavos). O total das despesas R$59.193.872,94 (cinquenta e nove milhões e cento e noventa e três mil, oitocentos e setenta e dois reais). Apresentou o que preceitua a lei 141/2012 do Total de auditorias realizadas no 2°quadrimestre/2016: 01 – Extraordinária (denúncia); 03 – Ordinária (prestadores de serviços/planejadas); 05 – Ordinária (unidades de saúde da família/planejadas); Quanto ao terceiro item que preceitua a lei 141/2012 Fonte de recursos: Quanto a rede de serviços- total 90 serviços assistenciais 48 com serviços assistenciais próprios, 36 com serviços assistenciais credenciados, 03 unidades administrativas e três unidades de apoio. Quanto a produção de serviços: produção ambulatorial procedimentos cirúrgicos ambulatoriais 12.482, seguidos de procedimentos clínicos 512.940. Quanto ao ciclo da gestão: Redes/PMEPS com grande impacto social- RAVS Rede de atenção e vigilância em saúde. Com base na luta inicial de construção do SUS, surgiu o desafio do trabalhar as redes integradas de saúde. A ideia é pautada nos princípios e diretrizes do SUS a lei 8080/90, consolidada através de portaria 518 SEMUS GAB de 14 de junho de 2016, cujo objetivo é promover a integração de sistema de ações e serviços de saúde com previsão de saúde com atenção preventiva e continua, integral de qualidade, responsável e humanizada, bem como incrementar o desempenho do sistema em termos de acesso equidade, eficácia clínica, sanitária e eficiência econômica, visando a estrutura de uma sistema integrado de seguridade social no município. Além do RAVS foi criado o CAIEVS que a vigilância em saúde torna-se operacional por meio do centro de aprendizagem, investigação e extensão em vigilância em saúde-CAIEVS que atuará na RAVS e rede de serviços intra e Inter setorial do município de Palmas e uma de sus funções é realizar a investigação epidemiológica e ambiental em todas as situações de risco ou de fatores de risco e determinantes sociais, a fim de reduzir o risco de adoecimento da população, tendo como estrutura a rede de laboratórios. De saúde pública para esclarecer e subsidiar a tomada de decisão nos eventos. Apresentou os territórios de saúde da RAVS: KANELA, APINAJE, XAMBIOÁ, KRAHO, KARAKÁ JAVAÉ XERENTE E PANKARARU. Apresentou também a cobertura de equipe da saúde da família no primeiro quadrimestre corresponde a 92% e no segundo quadrimestre corresponde a 100%. Apresentou também a cobertura de equipes de saúde bucal: primeiro quadrimestre 63,2% e segundo quadrimestre 79,3%. Demostrou na apresentação que a taxa de mortalidade infantil no

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

primeiro quadrimestre o percentual foi de 14,69% e segundo no quadrimestre 8,78%. Mostrou também a proporção de nascidos vivos de mãe com 07 ou mais consultas: no primeiro quadrimestre 66,35% e segundo quadrimestre 72,49%. Mostrou taxa de mortalidade prematura em mães 30 a 69 anos pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (COO-C97, E 10- E 14) segundo quadrimestre-2014 correspondem 95,36%, 2015 corresponde a 68,27% e 2016 43,34. Relatou os casos notificados de dengue por residentes em Palmas no primeiro quadrimestre nos meses a seguir: janeiro: 1749, fevereiro: 1857, março: 902, abril: 515; no segundo quadrimestre nos meses a seguir: maio: 395, junho: 238, julho: 113, agosto:65. Mostrou dados da atenção secundaria a saúde. A atenção secundaria é composta pelas seguintes unidades: 1- centro macrorregional de Taquaralto, 2- centro macrorregional de taquari, 3- centro macrorregional do Aureny I, 4- Núcleo de assistência Henfil, 5- centro de saúde sexual e reprodutivo, 6- centro de referência em fisioterapia da região sul, 7-centro de especialidade odontológica e 8- policlínica da 108. Destacou as consultas/atendimentos especializados e outros profissionais de nível Rede Própria: 1- Enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição, psicologia, serviço social e terapia ocupacional. Apresentou exames especializados rede credenciada nas áreas de otorrinolaringologia, neurologia, cardiologia, gastroentererologia; Rede própria: otorrinolaringologia, neurologia, ginecologia. Apresentou também os Exames/procedimentos especializados na rede credenciada: 1-biopisia, 2-ultrassonografia, 3-laboratorios de analises clinicas, 4-anatomopatologia e cito patologia, 5-anestesiologia; Rede Própria 1- Ultrassonografia, laboratório de análises clinicas de saúde pública, 3- centro de especialidade odontológicas com laboratório de prótese dentária, 4 - pequenas cirurgias, oftalmologia, ginecologia, imagem, urologia e angiologia. Destacou a rede de urgência e emergência: UPAS e SAMU. Pacientes transferidos para unidades hospitalares UPA SUL: (HMDR: 202, Hospital infantil: HGPP:1077); UPA NORTE:(HMDR 28, Hospital infantil 79, HGPP 611). Mostrou os principais atendimentos do SAMU por especialidade: causas externas 1048, clinico 1487, ginecologia obstetra: 208, psiquiátrico 238), destacou a distribuição de atendimento do SAMU segundo o destino: HMDR:213; HGPP: 1320, HIP: 109, UPA SUL 540 UPA NORTE 511 CAPS 4, OUTROS 97. Apresentou a rede de atenção psicossocial composta por: 1-centro de atenção psicossocial II e 2- centro de atenção psicossocial álcool e outras drogas III. A produção do CAPS no segundo quadrimestre nos meses: maio: nº de ações: 1213, e nº de usuários atendidos: 364; junho: nº de ações: 1289, e nº de usuários atendidos: 366; julho nº de ações: 1086, e nº de usuários atendidos: 368; agosto: nº de ações: 1411, e nº de usuários atendidos: 378. Apresentou o comparativo de produção do CAPS II por nº de ações realizadas 13,3% e nº de usuários atendidos 7,1%. Produção do CAPS III no segundo quadrimestre meses maio: nº de ações: 2186, e nº de usuários atendidos: 487; junho: nº de ações: 2228, e nº de usuários atendidos: 507; julho nº de ações: 1669, e nº de usuários atendidos: 467; agosto: nº de ações: 2210, e nº de usuários atendidos: 455. Apresentou o comparativo de produção do CAPS II por nº de ações realizadas 17,3% e nº de usuários atendidos 12,6%. Apresentou os atendimentos realizados por UPAS: UPAS Sul: (clinica medica odontológica, serviço social, curativo aerossol e sutura total: 53.375, atendimentos realizados pela UPA Norte por Clinica/especialidade total 42.790. Apresentou o ciclo de gestão da assistência farmacêutica A assistência farmacêutica dispensou 279.836 medicamentos dispensados da REMUME, 17 novas demandas judiciais, 27 pacientes

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

gestantes de auto risco. Apresentou também programas e projetos da FESP (fundação Escola de Saúde Pública conforme a seguir: 1- PEP-APS, PEP GRAS, PEP VS, PEP MAC, PET SAUDE GRADUA SUS, NUPOPS, mapa diagnostico, NEJES, NAT, NUPEP, Residência (5 programas), Regimento escolar (elaboração e suporte), total de estagiários que desenvolveram atividades nas unidades de saúde no ano de 2016 (segundo quadrimestre) 1.694 alunos nas seguintes escolas/faculdades: FAPAL, FREDERICO, SUPREMO, ITOP, SENAC, ULBRA, UFT, ITPAC e UNIRG. Total de atividades educativas realizadas pela SESAU/Palmas e onde servidores de participantes qualificados até o segundo quadrimestre de 2016; Total 1725 servidores participantes externos qualificados e 44 nº de atividades educativas. Consolidado geral de Recursos humanos: Total 3.292 servidores, servidores municipais 3147, efetivo 266, contrato: 114, comissionado: 45, estagiário 67, bolsista 261, servidores estaduais:112 e servidores da união 43. Leonel dos Santos Vaz colocou a pauta em discussão. O Conselheiro Nésio Fernandes relatou as dificuldades enfrentadas com a falta de recursos. O conselheiro Marcos Antônio Soares relatou a possibilidade de oficializar os órgãos de fiscalização para cobrar os repasses em atraso. O conselheiro Giancarlo Montemor Guarquirello relato que o conselho havia alertado na elaboração do orçamento para o exercício de 2016 que sobre faltar recursos até o fim do exercício. A conselheira Joseane Araújo Franco parabeniza a gestão, trabalhadores pelos avanços na efetivação do Sistema Único de Saúde. **TEM 07 Apreciação e deliberação de recurso para Capacitação de Conselheiros estadual, municipal e local de saúde.** Expositor: Juliana Ramos Bruno. Iniciou a apresentação compartilhando com os conselheiros que em setembro de 2016, a secretaria de gestão de estratégica do Ministério da Saúde comunicou que estava aberto edital para convênios/projetos através do fundo nacional de saúde. Comunicou que o recurso estava a princípio destinado para e estado do Tocantins. A SEMUS por meio da FESP entrou em contato com o Conselho Estadual para verificar a possibilidade, se tinha interesse ou disponibilidade para fazer o projeto em curto prazo para assumir a proposta de um projeto que fortalecesse o controle social. A Fundação Escola de Saúde Pública assumiu a missão e convidou a conselheira e coordenadora da comissão de planejamento Joseane Franco para ajudar na confecção do projeto que prontamente se dispôs a colaborar no desenvolvimento do projeto. Informou que tinha um projeto que já havia passado pelo conselho municipal de saúde e resolvemos adaptar a proposta solicitada pela secretaria de gestão estratégica do ministério da saúde. A presente proposta virá fortalecer as ações já em desenvolvimento, ampliando as ações para a formação de Conselheiros Estaduais, Municipais e Locais de Saúde. Objetivo Geral: Capacitar Conselheiros de Saúde e líderes comunitários para o fortalecimento da Educação Popular e Diminuir as Iniquidades de Saúde em Palmas e Tocantins. Objetivos Específicos: Promover processo de capacitação para 120 conselheiros estaduais, municipais e locais de saúde e sociedade civil organizada; Capacitar os diversos conselheiros estaduais, municipais e líderes comunitários para identificação de recursos comunitários para criação, articulação e o fortalecimento da rede de apoio local integrada; Elaboração de material didático, da programação, divulgação e mobilização do público-alvo em formato de mídia digital e impresso; Mapeamento de movimentos e práticas de educação popular em saúde para a formação de uma Rede de Educadores Populares de Saúde; Orientar os conselheiros municipais e líderes comunitários na identificação dos recursos governamentais, não governamentais e sócio comunitários

para criação, articular e fortalecer a rede de apoio local integrada e Inter setorial; Fornecer subsídios para que os conselheiros municipais e líderes comunitários capacitados possam atuar como agentes multiplicadores na diminuição das iniquidades em saúde; Proporcionar debates políticos sobre os temas de participação, controle social e as diversas políticas públicas junto à comunidade; Construir o MAPA de serviços e rede de atenção à saúde da região Capim Dourado visando organizar a estrutura do controle social da região em torno das pautas territoriais; Identificar e estruturar a atuação do controle social na organização dos serviços de saúde. Os Conselhos de Saúde foram constituídos com a finalidade em formular, fiscalizar e deliberar a respeito das políticas de saúde por meio de um modo articulado e efetivo e, com a responsabilidade de aprofundar o conhecimento sobre o Sistema Único de Saúde. Muitas conquistas sociais alcançadas por meio da atuação dos Conselhos de Saúde somam vitórias a cada passo que se dá rumo à democratização da gestão pública em favor dos serviços públicos de qualidade. Para contribuir com uma ação efetiva no dia a dia dos conselheiros de saúde a Política de Educação Permanente para o Exercício do Controle Social é um instrumento de grande importância no fortalecimento da democracia participativa. O empenho pela manutenção do direito de exercer o controle social no SUS tem democratizado os Conselhos de Saúde, aumentado o interesse da sociedade para as questões da saúde pública e gerado necessidades de conhecimento para as atividades de fiscalização, formulação e deliberação acerca do Sistema Único de Saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2006, p.5) De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Processo de Educação Permanente no Controle Social do SUS (2006), considera-se educação permanente para o controle social no SUS, os processos formais de transmissão e construção de conhecimentos por meio de encontros, cursos, oficinas de trabalho, seminários e o uso de metodologias de educação à distância, bem como os demais processos participativos e fóruns de debates – Conferências de Saúde, Plenárias de Conselhos de Saúde, Encontros de Conselheiros, seminários, oficinas, dentre outros. O Conselho de Saúde tem como objetivo acompanhar e fiscalizar as ações e serviços de saúde além de propor estratégias na implantação da política de saúde. Esse controle social da política pública se compõe de maneira tripartite por diversos segmentos de usuários, trabalhadores de saúde e gestores ou prestadores de serviços. Nessa complexidade de representações no âmbito do conselho municipal de saúde ressalta-se a necessidade de fortalecer tais segmentos e instrumentalizá-los para que haja efetivação do controle social. Associado a necessidade elencada anteriormente, existem também constantes solicitações dos conselheiros para a realização de cursos de educação permanente decorrentes da renovação de mandato, bem como da complexidade da política de saúde e das demandas dos órgãos e instituições do controle interno e externo pela defesa do efetivo papel do controle social do SUS. Para tanto, apresenta-se este plano de educação permanente do Conselho Municipal de Saúde de Palmas que é pautado na Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social que dispõe de diretrizes para a educação e contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais que atuam nos conselhos de saúde. Esse plano é baseado em pautas colocadas pelo Conselho Nacional de Saúde e incluí a abordagem de temas e conteúdo que conduzem a superação de dificuldades no funcionamento do conselho. Ressalta-se que esse cenário de dificuldade de funcionamento do conselho municipal de saúde precisa ser superado, bem como a inobservância de determinados requisitos

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

como: princípio da paridade entre os segmentos que compõem o colegiado, a ausência de metas e ações do controle social nos planos municipais de saúde e na programação anual de saúde, contribuindo para inviabilizar a autonomia financeira e administrativa para o pleno funcionamento dos colegiados e do efetivo controle social. Portanto, esse plano que envolve também temáticas políticas de participação e do controle social, sua compreensão no foco das competências e habilidades a consolidação do sistema único de saúde. Visando fortalecer a proposta de fortalecimento ao controle social, além da formação de conselheiros de saúde, desenvolveremos uma proposta da criação de uma rede de educadores populares, com vistas a trabalhar com o protagonismo popular e a articulação de saberes e práticas de educação popular em saúde nos territórios. De antemão, convidamos a comissão de educação permanente para conduzir em conjunto com a FESP o projeto. A proposta final possui duas linhas: Capacitação de conselheiros de saúde e líderes comunitários para o fortalecimento da educação popular e redução das iniquidades no Tocantins. A metas pactuadas são: Meta 1 - Realizar a capacitação de conselheiros estaduais, municipais e locais de saúde Meta 2 – Realizar o Mapeamento dos Movimentos e Práticas de Educação Popular em saúde. O total de conselheiros capacitados seria 120. Informou que o recurso a ser disponibilizado neste projeto é da ordem de R$155,000,00. Joseane Araújo Franco parabeniza a FESP pelo apoio e nestes tempos de crise conseguir capacitar conselheiros estaduais, municipal e local é avançar na gestão. O conselheiro Leonel dos Santos Vaz colocou a proposta para deliberação, sendo aprovado por unanimidade. **ITEM 08 – Informes do Secretário de Saúde**. O secretário de saúde Nésio Fernandes informou que participou de evento cujo tema foi Seminário Nacional de avaliação e revisão de política Nacional na Atenção Básica, público alvo convidados gestores municipais de saúde de 37 municípios e capitais brasileiras, aconteceu em Brasília, no período de 18 a 20 de outubro. Informou ainda que a gestão avançou no nome social ao cidadã e cidadão. **ITEM 09 – Informes das comissões**. Joseane Araújo Franco informou ações da Comissão de Educação Permanente. Realizou debate em defesa do SUS, dia 13 de outubro na Escola de Saúde Pública de Palmas-TO, considerando aspectos da PEC 241/2016, o evento teve como objetivo reafirmar, impulsionar, e efetivar os princípios do SUS, fortalecer a participação social e o controle social, mobilizar e estabelecer diálogo com a sociedade, aprofundar os debates sobre a reforma da constituição como a PEC 241; Agradeceu de público os conselheiros André Ribeiro, Nésio Fernandes, Alana Barbosa por participarem como coordenador e palestrantes respectivamente do debate em defesa do SUS, e também a promotora de justiça Maria Rosely de Almeida Perry, e dos servidores da SEMUS Juliana Ramos Bruno e Jonas Rospide. O debate teve como encaminhamentos: assinar todas as petições públicas contra a PEC 241, Mobilizar e participar em atos contra a PEC 241, Manifestar nas redes sociais apoio aos deputados federais que votaram contra a PEC, principalmente a Deputada federal Professora Dorinha do nosso estado, reunir com todos os deputados para convencê-los a votar contra a PEC 241, criar um manifesto contrário a PEC 241 e solicitar assinaturas de entidades representativas do Estado para ser entregue aos deputados federais e senadores; da Comissão de Informação e Comunicação informou que o conselho estará realizando debate/encontro, cujo tema preliminar é *A relação da Saúde Pública com a imprensa: SUS na mídia,* em parceria com o curso de jornalismo da UFT, acontecerá em novembro, sem data ainda programada. Público alvo conselheiros de saúde e usuários do SUS, por meio da

iniciativa, pretende-se reunir profissionais da imprensa e da saúde, além da academia e estudantes e conselheiros de saúde, movimentos sociais, para discutir de que forma a Saúde é retratada pela mídia, e como estes setores podem contribuir, de forma conjunta, para a garantia de políticas públicas que beneficiem a população tocantinense. Os aspectos norteadores serão: Como o SUS é retratado na mídia? Como é feita a cobertura do sistema único de saúde pelos grandes veículos de circulação no país? Como SUS e mídia se relacionam? Quais os desafios destes setores? Estas são apenas algumas das provocações que nortearão os debates, com a presença de grandes nomes da imprensa nacional e local, além de pesquisadores e professores da UFT. O evento é gratuito, voltado para profissionais das áreas da saúde, imprensa, acadêmicos, estudantes e demais interessados no assunto; comissão de planejamento informa que foram criados os conselhos locais das unidades de saúde: José Lúcio(lago Sul), Novo Horizonte, Laurides Milhomem em parceria com a Escola de Saúde Pública com a participação do Wilson Mourão e de Juliana Ramos Bruno; Giancarlo Montemor Guarquirello informou que a comissão de ouvidoria e fiscalização realizou inspeção no Centro de Controle de zoonoses no mês de outubro, na próxima reunião trará o relatório de vistoria para exposição aos conselheiros. **ITEM 10– Comunicações breves/ Informes dos Conselheiros Municipais de Saúde**. Joseane Araújo Franco informou que a posse da nova diretoria da ABEn nacional ocorrerá no dia 29 de outubro em Brasília-DF e da ABEn seção Tocantins ocorrerá no dia 10 de novembro de 2016 no SENAC, ás 19h e convida os conselheiros para participarem da cerimônia de posse. O convite será enviado via e-mail. Informou que estará acontecendo o 68@ CBEn- Congresso Brasileiro de Enfermagem em Brasília - DF no período de 27 a 30 de outubro de 2016, convidou a Enfermagem para participar do evento que tem como temática A *construção histórica da Enfermagem no cuidado em saúde: saberes e práticas na defesa do SUS*. Comunicou também sobre um problema de saúde pública que tem observado recentemente nas ruas de Palmas, um grande número de cães e gatos e questionou os conselheiros sobre esse problema, como nos conselheiros podemos colaborar? Relatou um caso que soube esta semana e colaborou no desenrolar do caso. Foi publicado nas redes sociais que na 307 Norte tinha um cão sangrando com grande parte da pata e abdome sem o couro e solicitava ajuda para atendimento. Anuncia que o saber do caso prontamente se deslocou para ajudar o animal com sociedade de proteção a animal, levou-o para o veterinário. Relatou o caso e solicitou a sensibilidade dos conselheiros de saúde para solucionar esse tipo de problema que tem acometido animais na sociedade de Palmas. Sugeriu um ponto de pauta para a próxima reunião. Informou também que foi procurada pelo vereador Gerson das mil coisas e relatou o caso para ele que pretende realizar uma audiência pública para tratar a situação da defesa animal na cidade de Palmas. A conselheira Vilma Maria Gomes informou que foi adquirido um terreno nas proximidades da APAE para a entidade, agradeceu o apoio do prefeito Carlos Amastha. Informou que estarão realizando eleição para a próxima diretoria da instituição. O conselheiro Marcos Antônio Soares comunica que estará realizando evento aos jovens nas proximidades da Paróquia São e convida os conselheiros para participarem do evento. Leonel dos Santos Vaz comunicou que recebeu denúncia de agentes comunitários de saúde estão sendo assediados pela comunidade. O conselheiro Giancarlo Montemor corroborou com a fala de Leonel informando que o SISEMP recebeu a denúncia, sendo encaminhado que a comissão de ouvidoria e fiscalização do conselho municipal para averiguar a denúncia

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

com elaboração de relatório para a próxima reunião. O conselheiro Heber de Oliveira informou que estará de férias em novembro e não poderá participar das reuniões, porém a suplente Marta Malheiros deverá ser convocada para participar da reunião. **ITEM 11 – Comunicações breves/Informes dos Conselheiros Locais de Saúde. Sem comunicações**. Não havendo mais o que tratar, encerrou a reunião às 17h10min, que foi relatada por Joseane Araújo Franco, segunda secretária da mesa diretora do conselho Municipal de Saúde.